

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

II Oficina de Trabalho: **(Re)Composição da** **Cesta** de **Alimentos**

Sumário Executivo

**Avaliação do Programa de Atendimento Emergencial
Distribuição de Cestas de Alimentos a Grupos
Populacionais Específicos em
Situação de Insegurança Alimentar**

Outubro de 2008

Sumário Executivo

Avaliação do Programa de Atendimento Emergencial – Distribuição de Cestas de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos em Situação de Insegurança Alimentar¹

Coordenador Geral

Pedro Luiz Barros Silva²

Coordenadores Técnico-Científicos

Antônio Márcio Buainain³

Rodrigo Pereyra de Sousa Coelho⁴

¹ Pesquisadores. Equipe Central: Alessandro César Ortuso, Eliana Heiser de Freitas Marques, Fernando Meloni de Oliveira, Geraldo Di Giovanni, Regina Maria Hirata, Vera Lúcia Cabral Costa, Auxiliares de Pesquisa, Daniel de Oliveira Nery da Costa, Gabriel Arthur dos Santos, Ulian Mendonça. Equipes Regionais: Humberto Miranda do Nascimento, Gabriel Andreozzi, Uilian Mendonça, Daniel de Oliveira Nery da Costa, Henrique Neder, Fernando Meloni de Oliveira, Gabriel Arthur dos Santos, Roger Assef Cardinal Buainain, Inocêncio Renato Gasparim, Lenivaldo Manoel de Melo, Carlos Guanzirolí, Alessandro César Ortuso.

² Professor do Instituto de Economia e Pesquisador do Núcleo de Políticas Públicas (NEPP/Unicamp).

³ Professor do Instituto de Economia e Pesquisador do Núcleo de Políticas Públicas (NEPP/Unicamp).

⁴ Pesquisador do Núcleo de Políticas Públicas (NEPP/Unicamp).

Introdução

O presente texto apresenta recortes do Estudo de Avaliação do Programa de Atendimento Emergencial – Distribuição de Cestas de Alimentos, realizado pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, da Universidade de Campinas – Unicamp. O estudo foi realizado entre outubro de 2006 e fevereiro de 2007, e os resultados aqui apontados referem-se exclusivamente à trajetória e situação vigente até então. Esta nota, de 10 páginas, extrai apenas alguns pontos de um documento de quase 300 páginas, que são apresentados como afirmações. Os leitores devem se remeter ao documento completo, onde encontrarão evidências para as afirmações, reflexões, dúvidas e recomendações feitas pela equipe de pesquisa do NEPP.

Metodologia e Execução do Estudo

O estudo, seus objetivos e execução

O estudo teve múltiplos objetivos: (i) conhecer e avaliar os fatores que condicionam o desempenho do Programa; (ii) identificar e analisar as percepções dos beneficiários em relação ao programa e, como consequência, (iii) propor recomendações de políticas para melhorar o programa. O estudo focou em alguns aspectos centrais do funcionamento do Programa, como os elos críticos, entre os quais se destacam a cobertura, o foco e perfil dos beneficiários, os critérios de

seleção, a articulação entre as instituições envolvidas, as formas de divulgação, prestação de contas e a composição das cestas de alimentos. Deve-se destacar que o estudo buscou ir além da identificação e mensuração dos impactos do Programa, indicando e analisando o processo e o arranjo institucional montado para executá-lo, sistematizando experiências em curso geradas pela intervenção e analisando os principais obstáculos que vêm sendo enfrentados assim como os fatores de sucesso.

O estudo adotou o método de **Avaliação Rápida - RA (Rapid Appraisal)**, e combinou a aplicação de técnicas de amostragem probabilística com coleta direcionada de dados voltada para aprofundar o conhecimento sobre realidades específicas. Para análise da situação de insegurança alimentar seguiu-se o mesmo procedimento do IBGE e adotou-se a versão resumida da metodologia recomendada pelo American Institute of Nutrition e Office of Analysis, Nutrition and Evaluation Services, do Departamento de Agricultura do Estados Unidos (USDA).

A **amostra** tomou como base a população de beneficiários do programa em 2006 e incluiu 99 comunidades, sendo 67 de acampados, 19 de terreiros e 13 de quilombos; o número de famílias entrevistadas por comunidade variou entre 5 e 10, segundo o tamanho do grupamento. Após os ajustes feitos no processo de execução, a amostra foi suficiente para assegurar um nível de confiança de 90% e erro de 8%, ambos adequados para esse tipo de avaliação, cujos resultados são controlados pelas visitas de campo e entrevistas qualitativas. Os grupos de emergência, indígenas e afetados por barragens foram tratados de forma dirigida, com visitas e entrevistas em Mato Grosso do Sul, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Sergipe, Goiás e Minas Gerais.

O estudo envolveu coleta e análise da atuação do programa em 11 estados da federação. Na **execução** as equipes enfrentaram vários problemas associados tanto a fragilidades do programa, falhas de desenho da pesquisa e outros imprevisíveis. Vale a pena destacar os seguintes: imprecisão das informações dos cadastros do programa, mudanças na situação da comunidade listada (principalmente no grupo de Acampados); dificuldade para encontrar as famílias nas comunidades; dificuldade de acesso aos acampamentos do grupo de sem terra e tensões entre os pesquisadores e a liderança das comunidades.

O funcionamento do programa e análise dos elos críticos

Objetivo do programa

O programa vive tensão no que se refere ao(s) objetivo(s). O nome —, “Programa de Atendimento Emergencial – Distribuição de Cestas de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos em Situação de Insegurança Alimentar”, — sugere um objetivo e foco bem definido de atender, em caráter emergencial, grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar. A análise da implementação revelou que o programa vem adotando objetivos mais abrangentes e uma flexibilização da interpretação mais restrita do próprio nome. Embora seja possível vincular os seis grupos populacionais que vêm sendo atendidos pelo Programa à situação de insegurança alimentar — e o próprio estudo confirmou que parte das famílias beneficiárias vivem de fato em insegurança alimentar — a opção parece refletir mais decisões e preferências dos formuladores da política do que a constatação prévia de que estes grupos, enquanto grupos, sejam particularmente atingidos pela insegurança alimentar. A opção do programa de cestas indica um alargamento do objetivo de distribuir alimentos a famílias vivendo situações de insegurança alimentar e a incorporação de outras dimensões, tais como a preservação da identidade do grupo, o fortalecimento das organizações sociais representantes dos grupos e da própria importância do grupo como ator social.

Embora o nome do Programa sugira um atendimento à situação de emergência, comumente interpretada como transitória, inesperada, associada a tragédias ou catástrofes naturais ou sociais, o programa vem atendendo populações que vivem há anos em situações permanentes de emergência. É necessário refletir em que medida esse instrumento é adequado para lidar com situações de carência que são permanentes.

Crítérios de elegibilidade de comunidades e famílias

Os critérios de elegibilidade definem conceitualmente a parcela da população, dentro de cada grupo populacional específico, que vai ser priorizada para o atendimento do programa, e a “metodologia” e os procedimentos de seleção definem, na prática, as comunidades e famílias que recebem efetivamente as cestas. Os critérios e procedimentos funcionam, portanto, como mecanismos de focalização do programa, sendo peças fundamentais da estratégia adotada pelos formuladores e responsáveis pela sua implementação.

O estudo constatou que não há critérios definidos pelo programa para selecionar as comunidades de cada grupo populacional. Há um conjunto de orientações para que as entidades parceiras selecionem as comunidades em situação de maior insegurança alimentar. Cada entidade, interpretando os objetivos do

programa e as orientações gerais do MDS, estabelece prioridades próprias para definir as comunidades. Os critérios utilizados para a seleção dos beneficiários de 2006 vão desde critérios relativamente precisos, como priorizar famílias com crianças menores de cinco anos que se encontram em risco nutricional ou desnutridas (Funasa), ou famílias que vivem em áreas em que há grande dificuldade para produzir alimentos, comunidades em situação de emergência e com elevada densidade demográfica (Funai), até procedimentos mais formais e abrangentes, como atender a demanda de associações e movimentos quilombolas à medida que solicitam a inclusão no programa (Fundação Palmares). Em alguns casos a responsabilidade de escolher as comunidades que participariam foi transferida inteiramente para interlocutores locais. No caso dos acampados, busca-se atender a toda a população do grupo populacional específico, e todos os acampamentos são incluídos nas listas preparadas pelos movimentos sociais. Neste caso também se recomenda que, dentro da concepção geral do Programa, os parceiros explicitem melhor os critérios utilizados, sem o qual se torna difícil para o MDS monitorar se o programa está sendo implementado de forma adequada.

Como o estudo não envolveu grupos de controle e comunidades não beneficiadas, não tem como avaliar se as comunidades escolhidas são de fato aquelas que, dentro de cada grupo populacional, melhor atendem aos critérios gerais e objetivos do programa.

O programa não alcança todas as famílias das comunidades escolhidas e muito menos todas as comunidades dos grupos populacionais específicos. Do ponto de vista estritamente técnico, essa “limitação” não pode ser considerada falha do programa. No entanto, na medida em que os objetivos e critérios do programa não são claramente explicitados nas comunidades, constatou-se certa insatisfação com essa situação de exclusão de comunidades e famílias. A pesquisa constatou que o déficit de cestas aparece em todas as comunidades, e que no total, aproximadamente 38% delas não conseguem atender todas as famílias. O déficit é maior no grupo de quilombolas (53%) e menor nos acampados (20%). O déficit se traduz em pressão por mais cestas que indica um viés de seleção a favor dos grupos com maior nível de organização, e na adoção de modalidades de distribuição orientadas para otimizar a satisfação das famílias.

O Quadro 1 resume alguns pontos positivos e negativos observados na distribuição de alimentos.

Quadro 1 - Pontos Positivos e Pontos Negativos observados na forma de distribuição de cestas

Pontos positivos	Pontos negativos
Organização dos beneficiários na distribuição de cestas por família, e não de forma coletiva, tem resultado em maior satisfação.	Ocorrência de desvio de alguns produtos da cesta pelos líderes.
A solidariedade entre as famílias das comunidades; as famílias que possuem menor número de membros compartilham os alimentos recebidos com aquelas que possuem maior número de membros.	Falta de regularidade na entrega das cestas alimentares; as famílias reclamam que as cestas demoram a vir e que quando chegam demoram a ser entregues, o que acaba estragando parte dos alimentos.
É baixo ou inexistente o nível de conflito/disputas entre os membros de um mesmo acampamento pelas cestas alimentares, o que ajuda na satisfação das famílias.	As famílias reclamam da quantidade de alguns alimentos. Observou-se que isto ocorre em todos os acampamentos/comunidades.
A participação do líder só é positiva quando eles efetivamente coordenam a distribuição das cestas nos acampamentos/comunidades, sem manipular as famílias.	A adesão de algumas famílias moradoras das margens das cidades onde se localiza o acampamento.
Algumas comunidades costumam reparar os custos de transporte para, assim, agilizar a distribuição dos alimentos, mas isso tem o inconveniente de onerar demais algumas famílias.	A falta de um transporte para realizar a entrega no acampamento. O problema maior é de custo de transporte e, em alguns casos, de acesso difícil à comunidade, como no caso dos quilombolas. A distância do armazém para o acampamento é considerada um obstáculo pelos beneficiários.

Fonte: Relatório de campo.

Parceiros

A implementação do programa é afetada por um conjunto complexo de relações entre formuladores e implementadores situados em diferentes posições na máquina governamental e da sociedade civil. Embora todos os parceiros tenham indicado a disponibilidade, abertura e boa vontade da equipe do MDS para solucionar problemas, também indicaram dificuldades decorrentes do tamanho da equipe, da rigidez imposta pelo esquema de alocação anual das cestas —que torna mais difícil responder às situações de emergência não previstas na lista inicial— e da debilidade dos instrumentos de gestão disponíveis— em particular de um cadastro de comunidades em cada grupo populacional e de recursos humanos e financeiros para fazer o acompanhamento e monitoramento in loco da execução do programa.

As principais dificuldades constatadas pelo estudo são: a melhoria da coopera-

ção entre os órgãos/entidades parceiras; composição da cesta de alimentos; mecanismos de prestação de contas do atendimento; dificuldades no transporte das cestas entre o armazém da CONAB e a comunidade beneficiada; e relação com os movimentos sociais. Apesar do consenso quanto à necessidade de melhorar o transporte, o mecanismo de prestação de contas e a cooperação entre os parceiros, esse consenso ainda não tinha se traduzido em avanços mais concretos referentes à repartição de custos e responsabilidades.

Um ponto importante é que, apesar das entidades parceiras terem missões institucionais ligadas ao programa, tarefas estratégicas para a implementação, tais como cadastramento, transporte de alimentos, prestação de contas, entre outros, não fazem parte de suas atividades cotidianas. Faltam recursos físicos, de infra-estrutura, humanos e orçamentários para as entidades adequarem sua função institucional à distribuição de alimentos. Outro ponto importante é que cada instituição tem missão, prioridades, metas e cultura próprias, nas quais o programa deve se inserir e em função das quais é reinterpretado e adaptado. Neste contexto convergem e conflitam, em graus variados, os objetivos e as lógicas do programa com os das instituições parceiras. A Conab é a entidade que apresenta maior coincidência de objetivos com o programa, e talvez não seja por acaso que é aquela que mais esforço dedica ao programa. É também a melhor equipada para atender e apoiar o esforço de distribuição de cestas. A Funasa, responsável pela saúde indígena, absorveu a importância das cestas como instrumento da política sanitária, mas enfrenta dificuldades devido à deficiência técnica, humana e operacional para implementar o programa. Como sua missão é cuidar da saúde, é natural que seu quadro seja formado prioritariamente por médicos, enfermeiros e assistentes sanitários, e que tenha experiência na gestão de postos de saúde, medicamentos, ambulâncias, etc., e não em gestão de estoques, empacotamento e distribuição de alimentos. Apenas recentemente ampliou o quadro de nutricionistas e contratou pessoal para controlar o processo de distribuição de alimentos.

Apesar da ampla cooperação institucional constatada pelo estudo, também foi possível confirmar certa tensão associada aos problemas colocados pelo programa, que em alguns casos gera disputas internas por recursos, realocação de recursos da instituição para a operação do programa — decisão que é sempre questionada por alguns — e reclamações com a falta de condições apropriadas para cumprir os compromissos. Observou-se que todas as instituições solicitam do MDS recursos e condições para implementar o programa; embora não reste dúvidas quanto à necessidade de institucionalizar as parcerias e capacitar as instituições para executar o programa, deve-se evitar o risco de “desvio de função” e recursos e procurar fortalecer cada instituição dentro de sua missão básica.

Acesso a políticas públicas

O estudo avaliou o acesso das comunidades beneficiárias e das famílias a outros programas complementares, procurando enfatizar o acesso à rede de seguridade social (previdência, assistência social e saúde), educação, serviços e infra-estrutu-

ra urbana (transporte e energia elétrica); e também o acesso a programas estruturantes, que propiciem melhoria na geração da renda comunitária e familiar.

Constatou-se a baixa participação — apenas 12% — das famílias beneficiárias em programas de assistência social, que envolve desde a rede de proteção social básica (núcleos sócio-educativos para crianças e adolescentes, programas de apoio a deficientes, entre outros) até atividades da rede especial (abrigo, albergues, entre outros). No conjunto, apenas 32% das comunidades participavam de algum programa de assistência social, sendo o maior percentual registrado entre as comunidades quilombolas (46,5%) e o menor as de terreiro (11%). Ainda que essas informações possam estar sujeitas a erros de interpretação sobre a assistência social, elas são reveladoras da segmentação na aplicação de políticas públicas que ajudam a explicar a baixa eficiência geral identificadas por vários estudos de avaliação das políticas sociais no Brasil.

O mais preocupante refere-se ao baixo acesso a políticas estruturantes, que poderiam potencializar a capacidade das famílias e das comunidades de superar sua situação de vulnerabilidade. Levando em conta que menos da metade das comunidades apresenta algum tipo de atividade econômica, e que um número ainda menor possui alguma espécie de financiamento ou apoio técnico especializado, não surpreende a notável dificuldade enfrentada por muitas comunidades para superar a situação de extrema vulnerabilidade econômica.

Composição da cesta

Os grupos populacionais atendidos apresentam tradições e culturas específicas — e que se estendem até o âmbito de hábitos alimentares — espalhados por diversos estados e regiões do país, onde cada uma também desenvolve características alimentares particulares. Com isto, um desafio do programa é garantir que as comunidades não sejam violentadas na sua dieta tradicional por conta dos alimentos distribuídos. O estudo considerou dois aspectos referentes às cestas de alimentos: (i) a quantidade, a qualidade dos produtos efetivamente distribuídos; e (ii) a adequação com relação aos hábitos alimentares específicos das populações beneficiadas.

O estudo constatou, com base na quantidade de alimentos distribuída na última entrega de 2006, que para todos os alimentos a quantidade média de produtos recebida ultrapassa aquela inicialmente definida no programa. No caso da farinha e dos flocos de milho/fubá, a média de alimentos entregue (4,5 Kg e 2,51 Kg respectivamente) é mais de duas vezes maior do que o padrão estabelecido; em relação ao feijão, ao açúcar e ao óleo de soja, também se chega próximo do dobro da quantidade esperada. Apesar disso, a distribuição da moda e da mediana (percentil 50) corresponde à quantidade preconizada para todos os alimentos e o desvio padrão é elevado, sobretudo, no caso do arroz e dos flocos de milho/fubá, o que nos sugere que algumas poucas observações podem ter provocado a elevação das médias. De qualquer maneira, de modo geral a quantidade é pelo menos

equivalente à preconizada, e as exceções surgem somente nos itens arroz, no caso de famílias quilombolas, em que a média de quilos recebida (9,06 Kg) fica abaixo do estabelecido, e óleo de soja, entre as comunidades de terreiro (1,68 ao invés de 2 latas), contrastando a boa impressão inicial dada pela distribuição média dos itens no total.

A avaliação é menos positiva no que se refere à integridade das cestas: enquanto 57% dos líderes comunitários apontaram que as cestas sempre vêm completas, 30% indicaram a ocorrência de entregas ocasionalmente incompletas e 13% revelaram que as cestas são sempre incompletas.

O tempo de duração dos produtos também é um importante indicador para se avaliar a adequação das quantidades de alimentos distribuídas às famílias. Trata-se de um aspecto bastante complexo, porque envolve não apenas a disponibilidade e o volume fornecido de determinado item, mas também os hábitos alimentares das famílias. Percebem-se três grupos de alimentos: o primeiro é formado apenas por arroz, que dura quase um mês em média; o segundo grupo é formado por feijão, farinha e óleo de soja, que dura em torno de 20 dias, em média; por fim, macarrão, leite em pó, açúcar e flocos de milho ou fubá duram, em média, entre 13 e 15 dias. Esse tempo é variável segundo o grupo populacional, mas em todos os casos deixa à mostra que as cestas — distribuídas de forma irregular — têm um caráter complementar, e que sozinhas não são suficientes para eliminar a insegurança alimentar de populações mais vulneráveis e com acesso precário a outros meios de provisão de alimentos.

Em relação à qualidade dos alimentos, deve-se esclarecer que o estudo não executou ou consultou análises técnicas dos alimentos, e que se baseia nas informações colhidas junto às várias fontes já indicadas. Constatou-se que 15% das pessoas entrevistadas vivenciaram pelo menos uma ocorrência de alimentos estragados na cesta em 2006. Não há parâmetros para aferir se este percentual é aceitável, mas deve-se lembrar que o conceito de segurança alimentar explicitamente destaca o acesso a alimentos de qualidade, além de quantidade suficiente e regularidade no consumo.

Há indícios de que os problemas com a validade dos alimentos ocorrem após os mesmos terem sido retirados do armazém. A totalidade dos gerentes de armazéns da Conab pesquisados informa que em média os alimentos permanecem no estoque por 10 semanas (sendo 48 semanas o máximo e 4 semanas o mínimo), e que os alimentos nunca ultrapassam o prazo de validade no armazém. Todos os superintendentes questionados também informam que os alimentos estocados nunca ultrapassam seus respectivos prazos de validade. Esta presunção é consistente com os cuidados que a Conab vem adotando em relação à qualidade dos alimentos mantidos em seus armazéns — objeto de fortes críticas no passado — e às dificuldades de distribuição enfrentadas pelas comunidades e confirmadas pelo Estudo.

A percepção dos próprios beneficiários quanto à qualidade dos alimentos é posi-

tiva: 77% dos entrevistados consideram os produtos excelentes e bons, e apenas 2% como ruins e péssimos. Os demais classificam a qualidade dos alimentos como razoável. Essa apreciação indica que o problema da deterioração não está, em geral, comprometendo a qualidade dos produtos entregues.

O estudo constatou que é baixíssima a rejeição a alimentos incluídos na cesta, sendo praticamente inexistente em relação ao arroz e óleo de soja. A farinha é o alimento que apresenta uma maior rejeição (7,7% não consomem o item), seguida do açúcar (4,4%), do leite em pó (3,2%), dos flocos de milho/fubá (2,8%), do macarrão (1,3%) e do feijão (1,1%).

O baixo nível de rejeição não nega a existência de problema relacionado à composição das cestas e sua adequação a hábitos regionais. Mais que uma inadequação a hábitos regionais, a baixa rejeição parece mais associada a decisões familiares que comunitárias; além disso, a ausência do hábito não significa que o item não possa vir a ser apreciado se a família tiver oportunidade de consumo, o que supõe, além da disponibilidade do alimento, informação, aprendizado e condições para usá-lo. Em suma, segundo a avaliação do estudo, a seleção de alimentos que compõe a cesta tem sido adequada, ainda que possa haver melhorias neste sentido, para o conjunto da população atendida.

Outra maneira de se avaliar a composição da cesta alimentar distribuída é identificar quais produtos as famílias e os líderes comunitários gostariam de inserir nas cestas nas próximas etapas e quais deveriam ter a quantidade aumentada. Observou-se uma grande pulverização de vontades, mas de um modo geral apenas 4 produtos foram demandados de forma consistente: café, carnes, sal e biscoitos. O mais interessante é a constatação da demanda de aumento de quantidade para todos os produtos que já constam da cesta atual, inclusive do açúcar, farinha e fubá, os três mais rejeitados segundo o critério de recusa do consumo. O registro de reclamações das comunidades junto aos superintendentes regionais da Conab confirma que o problema central não se refere à composição da cesta e à inadequação aos hábitos de consumo da população. Durante o período de entrega das cestas, 55% das comunidades realizam demandas às superintendências. Essas demandas referem-se à quantidade de alimentos (22%) e ao número de etapas de entrega das cestas (33%). Os superintendentes também registram reclamações dos parceiros em relação à composição das cestas (33%); além de 27% que reclamam da falta de regularidade na distribuição das cestas; 20% apontam também que os parceiros reclamam que a quantidade de cestas é insuficiente. Também é apontado pelos superintendentes que há reclamações por parte de 7% das comunidades no que diz respeito a falta de produtos que compõem a cesta, ou seja, que as cestas estão incompletas não atendendo a demanda das famílias beneficiárias. Deve-se notar que nem sempre a reclamação procede ou revela aspecto negativo: em MS, por exemplo, ouviu-se “reclamação” de mais de uma pessoa quanto à quantidade de farinha, que tinha sido aumentada pela Conab —que dispunha de um bom estoque do produto— sem qualquer prejuízo dos demais itens. Em outros casos a reclamação sobre a composição in-

dica o desejo de inclusão de novos itens, e não a insatisfação com os itens atuais. Além disso, é preciso considerar que muitas vezes a “reclamação” tem caráter pessoal, e não revela a vontade coletiva da comunidade.

Divulgação e informação

O processo de divulgação do programa é importante por dois motivos. Primeiro por permitir que os potenciais beneficiários procurem as maneiras de conseguir o benefício. Em segundo lugar, a divulgação para a sociedade — e não mais apenas para o público-alvo desejado — é uma eficaz maneira de accountability, uma prestação de contas dos órgãos governamentais à sociedade que busca aumentar a transparência da ação pública. A maioria das comunidades tomou conhecimento do programa por meio dos movimentos sociais aos quais são ligadas (68%), o que é bastante coerente com o papel ativo que estes movimentos têm no processo, principalmente nas ações mais próximas às comunidades. Já em relação às famílias, a grande maioria descobriu o programa por meio da liderança da comunidade da qual fazem parte (mais de 80% delas). Esta informação confirma que as lideranças comunitárias têm um papel fundamental na orientação e informação da comunidade. Destaca-se a ausência das entidades parceiras na informação das comunidades (3,4%), reforçando o caráter pessoal da liderança. Outros meios possíveis de divulgação do programa, tais como as igrejas, as prefeituras, cartazes ou outdoors, televisão, rádio e outros tiveram impacto reduzido quando comparado com os demais meios supracitados.

Observando a questão da divulgação de informações sobre o programa de forma mais ampla, buscando atingir uma parcela maior da sociedade, observa-se que este constitui um sério desafio aos gestores do programa. Em primeiro lugar, o estudo constatou que a forma de divulgação mais utilizada no programa não é acessível à sociedade em geral. Esta divulgação se dá por intermédio dos movimentos sociais e suas lideranças, com baixas taxas de participação das mídias mais acessíveis à sociedade, como televisão, rádio ou cartazes. Também a divulgação via internet é modesta contendo algumas informações no site do MDS e no site da Conab – neste último dentro do rol de informes sobre as ações da Conab no Fome Zero - o que junta a distribuição de alimentos aos grupos populacionais específicos com a distribuição de alimentos a populações estrangeiras que estejam em situação de catástrofe natural ou social (como a ajuda enviada ao Haiti). As demais entidades parceiras também não promovem o programa em seus sites ou em seu material institucional. O mesmo ocorre com os movimentos sociais mais importantes que atuam junto ao programa. A situação geral de informação é, portanto, deficitária, tanto para o público em geral como para os atores, para os quais falta clareza sobre pontos estratégicos do programa.

Avaliação do Programa de Atendimento Emergencial - Distribuição de Cestas de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos em Situação de Insegurança Alimentar

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Acompanhamento da Pesquisa
Diretoria de Avaliação e Monitoramento
Coordenação Geral de Avaliação e Monitoramento da Demanda

Edição e Diagramação
Diretoria de Formação de Agentes Públicos e Sociais
Coordenação Geral de Publicações Técnicas

Imagens: Ubirajara Machado - MDA

Esplanada dos Ministérios
Bloco A | Sala 409
CEP: 70.054-906 | Brasília | DF
Fone: 61 3433 1501
www.mds.gov.br